



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### JOSÉ MENDES BOTA

*Deputado à Assembleia da República em representação da Região do Algarve*

*Palácio de S. Bento 1249-068 Lisboa*

*Telef: 213 917 282 Mail: [mendesbota@psd.parlamento.pt](mailto:mendesbota@psd.parlamento.pt)*

**RELATÓRIO Nº 45**

**Lisboa, 03/12/2007**

**ÂMBITO : ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA**

**LOCAL: SÓFIA**

**PARTIDA: 28 de Novembro de 2007**

**REGRESSO: 30 de Novembro de 2007**

**OBJECTIVO: Participação na reunião do Grupo Regional D da rede de parlamentares de referência da campanha “Parlamentos Unidos no Combate à Violência Doméstica”**

Parti para Sófia no dia 28 de Novembro de 2007.

Durante a reunião atrás mencionada, na qual participei como orador convidado, e na minha qualidade de relator para a avaliação da campanha pan-europeia contra a violência doméstica, no lado da iniciativa da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, **fiz uma primeira intervenção** no painel que abordou as medidas prioritárias e os critérios de avaliação da implementação da campanha, constantes do meu relatório e da resolução que propus e foi aprovada pelo plenário da APCE, durante o passado mês de Outubro.

Comecei por explicar a razão factual do meu envolvimento nas questões da violência contra as mulheres, e da igualdade de género, aquando do debate contra o aproveitamento do Campeonato do Mundo de Futebol para actividades menos lícitas, realizado na Alemanha, e durante o qual foi preparada uma operação gigantesca de tráfico de mulheres da América do Sul, de África e da Europa Central, destinadas a prostituir-se contra a sua vontade, próximo dos estádios onde se desenrolou a competição.

A partir daí, o grau de sensibilidade para esta problemática aprofundou-se, considerando que o principal objectivo da campanha lançada pelo Conselho da Europa contra a violência sobre as mulheres, é precisamente dirigido aos homens. Em primeiro lugar, porque ainda são eles os grandes detentores das principais posições de poder, quer ao nível político, económico, social e religioso. Logo, quem melhor do que os homens, se sensibilizados para esta problemática, para mudarem o actual estado de coisas, contribuirão para a mudança de mentalidades reinante na sociedade?

O envolvimento de cada vez mais homens num tema até agora visto como um feudo de radicais feministas, é útil, necessário e desejável. Até porque, 90% dos agressores são homens, e 90% das vítimas são mulheres. Além de que, seguramente, os homens eticamente bem formados, e felizmente são a maioria, não desejarão que as suas irmãs, filhas ou familiares, sejam um dia vítimas de violência, doméstica ou não.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Dei conta da iniciativa de convidar os meus colegas parlamentares do sexo masculino, para formarmos um grupo de activismo contra a violência sobre as mulheres, bem como das acções levadas a cabo pela Assembleia da República, no âmbito da presente campanha.

Dei uma informação detalhada sobre as iniciativas da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, sobre esta matéria, e das sete medidas de referência que inseri na Resolução aprovada na sessão de Outubro passado, e que constituem um limiar mínimo de avaliação da situação de cada país, no que concerne ao combate à violência doméstica.

Desde logo, importa saber se a Violência Doméstica é ou não penalizada, incluindo a violação marital. Saber se o facto de essa violência decorrer de uma relação entre parceiros ou ex-parceiros, constitui uma circunstância agravante. Saber se existem medidas legislativas de protecção das vítimas, de afastamento dos agressores e de garantia de acesso à justiça para essas mesmas vítimas.

Foi também delineada uma referência de 1 Euro por habitante, como o montante adequado previsto nos orçamentos anuais dos Estados membros, dedicado ao combate à violência doméstica.

O número de casas de abrigo, deverá também respeitar a fórmula de um lugar por cada 7.500 habitantes. E, finalmente, importa saber se os parlamentos nacionais estão ou não a exercer as suas funções de monitorização da aplicação das leis, da formação do pessoal policial, judicial, de saúde e de assistência social que lida com este fenómeno, bem como de detecção de imperfeições ou vazios na legislação actual que importa corrigir.

É aqui, que se encontra o chamado “core business” da actividade dos parlamentares envolvidos nesta campanha.

Tive, também ocasião de explicar as novas formas de violência, que vão surgindo na nossa sociedade, do “stalking” à Internet, à violência sobre as crianças e os idosos, bem como os enormes custos económicos e sociais que este atentado aos direitos humanos acarreta para a sociedade como um todo. Calcula-se que entre custos directos das estruturas que lidam com este problema, e as perdas de competitividade e de redução do tempo de trabalho, isto se traduza em cerca de 2% do PIB.

Terminei, realçando que a grande aposta, para lá da emergência social com que se tem de lidar actualmente, é na prevenção, na sensibilização das crianças e dos adolescentes., logo, é na escola o principal palco deste combate, onde, aliás, é possível fazer uma detecção precoce de sinais de violência, que por vezes assumem um carácter hereditário e inter-geracional, ou seja, um filho de um agressor, pode tender para se tornar um agressor, ele também.

Durante a parte da tarde, fui o moderador de um painel de debate entre parlamentares de vários países, e deputados e membros do governo da Bulgária, sobre ideias de acção



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

para o futuro. Fiz uma **segunda intervenção**, na qual realcei o papel das Organizações Não Governamentais e das Universidades, quer no apoio às vítimas, quer na realização de estudos e de inquéritos, que permitam aprofundar o conhecimento da realidade.

Regressei a Portugal no dia 30 de Novembro de 2007.

Assembleia da República, 3 de Dezembro de 2007

José Mendes Bota